

CONTAS

DO GOVERNADOR

EXERCÍCIO 2021

OBRAS

NESTOR BAPTISTA
CONSELHEIRO RELATOR

OBRAS

Conselheiro Superintendente

Nestor Baptista

Inspetora

Luciane Maria Gonçalves Franco

Coordenador

Marcelo Evandro Johnsson

Equipe

Edelvan Ricardo Buchta

Luiz Cesar Linhares Masetti

Marcelo Cesar Piovesana Junior





SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	INFORMAÇÕES GERAIS	7
1.2	METODOLOGIA	8
1.3	FONTES DE INFORMAÇÃO	8
2	AVALIAÇÃO DA GESTÃO E PLANEJAMENTO DE OBRAS	10
2.1	SITUAÇÃO GERAL	10
2.1.1	PLANEJAMENTO DE OBRAS COM BASE NO ORÇAMENTO INICIAL PROPOSTO PELO GOVERNO DO ESTADO	11
2.2	CONTROLE DE INFORMAÇÕES	15
2.3	OBRAS EXECUTADAS PELO ESTADO DO PARANÁ COM BASE NO DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO ORÇAMENTO, EXERCÍCIO DE 2021	15
2.4	SITUAÇÃO DAS OBRAS EXECUTADAS PELO ESTADO DO PARANÁ COM BASE NO DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO ORÇAMENTO, EXERCÍCIO DE 2021	20
3	SITUAÇÃO DAS OBRAS QUE CONSTAVAM COMO INACABADAS EM 2020	22
4	OBRAS PARALISADAS	32
4.1	SITUAÇÃO GERAL	33
4.2	EVOLUÇÃO DAS OBRAS PARALISADAS	34
4.3	MOTIVO DA PARALISAÇÃO DAS OBRAS	37
4.4	MEDIDAS PARA RETOMADA DE OBRAS PARALISADAS	40
5	RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DOS PARECERES PRÉVIOS DAS CONTAS DO GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	43
5.1	ELABORAR, EXECUTAR E IMPLEMENTAR SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DE OBRAS	43



5.2 REALIZAR LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DAS 10 (DEZ) OBRAS NÃO FINALIZADAS EM 2019 E NÃO RELACIONADAS NO RELATÓRIO SOBRE A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROJETOS EM ANDAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO DE 2021 E NO DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO ORÇAMENTO DE 2020 DE OBRAS.....	44
6 CONCLUSÃO	47
7 ENCAMINHAMENTOS GERAIS.....	49



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Registro orçamentário do Poder Executivo Estadual, excluídas as estatais não dependentes, referentes ao elemento de despesa 51.....	11
Tabela 2 - Relação do orçamento fiscal com os valores empenhados.....	11
Tabela 3 - Relação do orçamento fiscal com os valores pagos.....	12
Tabela 4 - Relação, por Secretaria de Estado, entre orçamento; valores empenhados; valores de contas correntes que tiveram valor empenhado, mas não possuíam dotação orçamentária inicial; e valores de contas correntes que tiveram valor empenhado maior do que previsto na dotação orçamentária inicial.....	14
Tabela 5 - Relação de obras, por Secretária de Estado, com seus respectivos valores orçamentários, com base no Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento, exercício de 2021	16
Tabela 6 - Relação de obras, por Secretária de Estado, com seus respectivos valores orçamentários, com base no SIAFI, exercício de 2021.....	16
Tabela 7 - Diferença, por Secretária de Estado, entre os valores extraídos do Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento, exercício de 2021 e do SIAFI, elemento de despesa 51, do exercício financeiro de 2021	17
Tabela 8 - Contas Correntes extraídas do SIAFI, sem que haja obra determinada no Demonstrativo de Execução Físico Financeiro do exercício de 2021.	18
Tabela 9 - Situação das obras com base no Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento do exercício de 2021.	20
Tabela 10 - Valores previstos da LOA 2021 para obras no Poder Executivo Estadual, com exceção das estatais não dependentes.	22
Tabela 11 - Amostra de obras não acabadas, conforme critérios estabelecidos acima....	24
Tabela 12 - Situação da amostra de obras selecionadas em 2020 e 2021.	27
Tabela 13 - Valores orçamentários das obras que tiveram seu planejamento considerado Insatisfatório.	30



Tabela 14 - Obras paralisadas conforme resposta obtida das Entidades e Secretarias de Estado.....	33
Tabela 15 - Obras paralisadas em dezembro de 2020.....	34
Tabela 16 - Obras que foram paralisadas no decorrer do ano de 2021.	35
Tabela 17 - Obras que foram retomadas no ano de 2021.	36
Tabela 18 - Obras paralisadas em dezembro de 2021.....	36
Tabela 19 - Motivo da paralisação das obras.	38
Tabela 20 - Motivo da paralisação das obras públicas e valores comprometidos por meio de medição.....	40
Tabela 21 - Relação de obras que tiveram determinação, no Acórdão de Parecer Prévio Nº 689/20 - Tribunal Pleno, para que fossem levantadas.....	45



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Situação das obras com base no Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento do exercício de 2021 em percentual.	21
Gráfico 2 - Motivo da paralisação das obras públicas.....	39



1 INTRODUÇÃO

O Caderno de Gestão de Obras Públicas tem como objetivo apresentar a situação geral acerca da gestão de obras públicas, pelo Poder Executivo do Governo do Estado, no exercício de 2021.

1.1 INFORMAÇÕES GERAIS

Trata-se de Relatório de Fiscalização realizado no âmbito da Comissão de Relatoria das Contas do Governador, que apresenta um panorama das principais atividades do Poder Executivo do Estado do Paraná, no exercício de 2021, quanto a gestão de sua carteira de empreendimentos destinados à implantação e ampliação de infraestruturas e instalações.

Este trabalho decorreu da competência de análise e relatoria das contas prestadas pelo Governador do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 2021, atribuída ao Conselheiro Nestor Baptista em virtude de sorteio realizado.

A fiscalização exercida pela Comissão de Relatoria das Contas do Governador se fundamenta no art. 751, I, da Constituição do Estado do Paraná, e no art. 212, § 3º e da Lei Complementar nº 113/2005 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Com base nas competências apresentadas, após a realização da fiscalização no Poder Executivo Estadual, passa-se a expor os resultados encontrados.

1 Art. 75. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

2 Art. 21. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio, sobre as contas que o Governador do Estado apresentar, anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo máximo de sessenta dias a contar de seu recebimento.

[..]

§ 3º. O Relator das contas do Governador será designado, por sorteio, na primeira sessão ordinária do Tribunal Pleno de cada ano, para acompanhar, durante todo o exercício financeiro, a execução orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e a gestão fiscal, na forma estabelecida nesta lei e demais atos normativos do Tribunal de Contas.



1.2 METODOLOGIA

A gestão de obra foi analisada com base no planejamento das obras públicas da Lei Estadual Nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, LOA 2021, sendo considerada a distribuição de recursos entre as obras por área de atuação, e verificando sua compatibilidade com o cumprimento das metas inicialmente previstas.

As análises abordaram a realização orçamentária e financeira dos recursos aplicados em obras, comparando os valores previstos na LOA com dados obtidos em relatórios produzidos pelo SIAF e com o relatório apresentado na prestação de contas do Governador, extraído do SIGAME³, denominado Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento, exercício de 2021.

Ainda, de maneira a dar continuidade, na análise das contas do Governador, entre os exercícios financeiros, foi levantado a situação das obras em uma determinada amostra, no Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento, exercício de 2020 e no Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento, exercício de 2021. Essa comparação tem por objetivo verificar o planejamento do Governo do Estado, e o trato com as obras, de maneira que estas tenham continuidade em diferentes exercícios financeiros.

Na sequência, o relatório traz a avaliação da gestão do Governo com as obras paralisadas. Foi verificado o montante de obras paralisadas no mês de dezembro de 2020, comparando-o com o montante de obras paralisadas no mês de dezembro de 2021.

Desta forma, é possível analisar se a Administração Pública eivou esforços para mitigar o problema das obras paralisadas, analisando por fim os mecanismos de controle do Estado sobre estas obras, e quais as diretrizes implementadas pelo Governo de modo a sanar esta situação.

1.3 FONTES DE INFORMAÇÃO

Os dados utilizados neste trabalho, foram obtidos das seguintes fontes de informação:

³ SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO ESTADUAL



- I. Lei Estadual Nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, LOA 2021;
- II. Lei Estadual nº 20.077, de 18 dezembro de 2019 – Plano Plurianual de 2020 – 2023;
- III. Sistema Integrado de Finanças Públicas (SIAF);
- IV. Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento, dos exercícios 2019, 2020 e 2021;
- V. Relatório sobre Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias dos anos de 2021 e 2022;
- VI. Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME)
- VII. Portal da Transparência do Estado do Paraná;
- VIII. Informações solicitadas mediante ofício da 1ª Inspeção de Controle Externo;
- IX. Informações prestadas pelo Governo do Estado do Paraná;



2 AVALIAÇÃO DA GESTÃO E PLANEJAMENTO DE OBRAS

Como forma de se avaliar a gestão das obras no âmbito do Governo do Estado do Paraná, foram verificadas as metas estabelecidas na LOA, com o avanço físico e financeiro das obras do Estado.

Para este item 2, foram consideradas as tabelas do SIAFI, considerando somente o elemento de despesa 51, e o Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento, exercício de 2021, sendo incluídas todas as obras das Secretarias e Entidades do Poder Executivo Estadual com exceção das estatais não dependentes.

2.1 SITUAÇÃO GERAL

Através do Sistema SIAF foi possível verificar a compatibilização entre o que foi inicialmente planejado no orçamento do Governo do Estado para obras e o que foi empenhado e o que de fato foi pago.

Para se chegar ao resultado almejado, foi extraído do SIAF a tabela com o orçamento inicial, o orçamento atualizado, o orçamento contingenciado, os valores empenhados, os valores liquidados e os valores pagos pelo Governo do Estado do Paraná.

Para analisar a prestação de contas do Governador, filtrou-se a planilha para manter somente o Poder Executivo (retirando os demais poderes). Como esta referida análise remete tão somente à gestão de obras, filtrou-se a planilha pelo elemento de despesa 51 - Obras e Instalações.

Por fim, foi excluída da planilha as obras das estatais não dependentes, sendo elas (junto da respectiva unidade contábil): COPEL (1380), SANEPAR (1381), TECPAR (4580), CEASA (6583) e APPA (7781). Como forma de facilitar a visualização da planilha os valores das obras foram agrupados por secretaria de Estado.

Desta forma, chegou-se ao registro orçamentário/financeiro das obras sob a responsabilidade do Poder Executivo Estadual, excluídas as estatais não dependentes, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Registro orçamentário do Poder Executivo Estadual, excluídas as estatais não dependentes, referentes ao elemento de despesa 51.

ÓRGÃO	ORÇAMENTO INICIAL (R\$)	ORÇAMENTO ATUALIZADO (R\$)	ACRÉSCIMO ORÇAMENTÁRIO (R\$)	PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO
SEIL	891.076.601,00	2.002.673.610,00	1.111.597.009,00	124,75%
SEDEST	263.239.928,00	267.631.635,00	4.391.707,00	1,67%
SESP	251.279.039,00	398.338.122,00	147.059.083,00	58,52%
SEDU	230.735.147,00	273.134.632,00	42.399.485,00	18,38%
SEED	73.503.744,00	102.222.300,00	28.718.556,00	39,07%
SESA	31.275.687,00	1.000.000,00	-30.275.687,00	-96,80%
SEJUF	29.103.749,00	42.798.632,00	13.694.883,00	47,06%
SETI	23.900.270,00	74.143.570,00	50.243.300,00	210,22%
Casa Civil	8.000.000,00	9.716.941,00	1.716.941,00	21,46%
Coordenadoria Estadual da Casa Civil	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00%
SEAB	1.300.000,00	675.000,00	-625.000,00	-48,08%
SEFA	700.000,00	20.000,00	-680.000,00	-97,14%
SECC	400.000,00	800.000,00	400.000,00	100,00%
TOTAL	1.807.514.165,00	3.176.154.442,00	1.368.640.277,00	75,72%

Fonte: SIAFI exercício de 2021.

2.1.1 Planejamento De Obras Com Base No Orçamento Inicial Proposto Pelo Governo Do Estado

Conforme exposto na tabela 1, verifica-se um acréscimo de 75,72% na dotação orçamentária, no âmbito das obras no Governo do Estado do Paraná. Tal fator indica possível falha no planejamento inicialmente proposto, visto o valor atualizado se aproximar do dobro do inicialmente previsto.

Tabela 2 - Relação do orçamento fiscal com os valores empenhados.

ÓRGÃO	ORÇAMENTO INICIAL (R\$)	ORÇAMENTO ATUALIZADO (R\$)	EMPENHADO	% (Empenhado/Orça. Inicial)	% (Empenhado/orça. Atualizado)
SEIL	891.076.601,00	2.002.673.610,00	647.008.887,03	72,61%	32,31%
SEDEST	263.239.928,00	267.631.635,00	3.995.324,71	1,52%	1,49%
SESP	251.279.039,00	398.338.122,00	151.044.984,47	60,11%	37,92%

SEDU	230.735.147,00	273.134.632,00	79.447.845,02	34,43%	29,09%
SEED	73.503.744,00	102.222.300,00	32.625.517,16	44,39%	31,92%
SESA	31.275.687,00	1.000.000,00	1.000.000,00	3,20%	100,00%
SEJUF	29.103.749,00	42.798.632,00	7.978.657,31	27,41%	18,64%
SETI	23.900.270,00	74.143.570,00	32.531.564,14	136,11%	43,88%
Casa Civil	8.000.000,00	9.716.941,00	1.313.974,07	16,42%	13,52%
Coordenadoria Estadual da Casa Civil	3.000.000,00	3.000.000,00	113.232,87	3,77%	3,77%
SEAB	1.300.000,00	675.000,00	70.558,42	5,43%	10,45%
SEFA	700.000,00	20.000,00	0,00	0,00%	0,00%
SECC	400.000,00	800.000,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	1.807.514.165,00	3.176.154.442,00	957.130.545,20	52,95%	30,13%

Fonte: SIAFI exercício de 2021.

Na Tabela 2, pode-se verificar que o valor empenhado, valor referente à uma obrigação de pagamento de despesa pelo governo, é de 52,95% do orçamento inicialmente prevista e de 30,13% do valor do orçamento atualizado. Observa-se, assim, que o orçamento inicialmente previsto daria conta de atender os valores dos empenhos no período, inclusive com folga

Da mesma forma, ao verificar o que foi pago no exercício de 2021, tem-se percentuais executados muito abaixo do planejado, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 - Relação do orçamento fiscal com os valores pagos

ÓRGÃO	ORÇAMENTO INICIAL (R\$)	ORÇAMENTO ATUALIZADO (R\$)	PAGO	% (Pago/Roc Inicial)	% (Pago/orça. Atualizado)
SEIL	891.076.601,00	2.002.673.610,00	446.215.607,82	50,08%	22,28%
SEDEST	263.239.928,00	267.631.635,00	2.595.415,04	0,99%	0,97%
SESP	251.279.039,00	398.338.122,00	22.069.538,33	8,78%	5,54%
SEDU	230.735.147,00	273.134.632,00	43.031.203,31	18,65%	15,75%
SEED	73.503.744,00	102.222.300,00	11.286.877,18	15,36%	11,04%
SESA	31.275.687,00	1.000.000,00	0,00	0,00%	0,00%
SEJUF	29.103.749,00	42.798.632,00	3.362.001,28	11,55%	7,86%

SETI	23.900.270,00	74.143.570,00	5.592.671,28	23,40%	7,54%
Casa Civil	8.000.000,00	9.716.941,00	607.818,13	7,60%	6,26%
Coordenadoria Estadual da Casa Civil	3.000.000,00	3.000.000,00	47.240,75	1,57%	1,57%
SEAB	1.300.000,00	675.000,00	70.558,42	5,43%	10,45%
SEFA	700.000,00	20.000,00	0,00	0,00%	0,00%
SECC	400.000,00	800.000,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	1.807.514.165,00	3.176.154.442,00	534.878.931,54	29,59%	16,84%

Fonte: SIAFI exercício de 2021.

O que foi despendido pelo Governo do Estado, no exercício de 2021 com obras (elemento 51), foi de 29,59% do orçamento inicialmente previsto e de 16,84% do orçamento atualizado.

Com o objetivo de se analisar o planejamento de obras no Poder Executivo do Estado do Paraná, foi necessário fazer uma comparação entre o que foi empenhado e constava no orçamento inicial de obras (elemento de despesa 51), e o que foi empenhado devido a atualização do orçamento do Estado.

Primeiramente separou-se os valores que foram empenhados e não possuíam dotação orçamentária no orçamento inicial, chegou-se no valor de R\$565.174.666,12, sendo 59,05% de todo o valor empenhado para obras do Estado do Paraná, no exercício de 2021, conforme tabela do SIAFI.

Após verificou-se os valores que foram empenhados e que possuíam valores maiores do que a dotação orçamentária no orçamento inicial, chegou-se ao valor de R\$85.477.416,43, sendo 8,93% de todo o valor empenhado para obras do Estado do Paraná, no exercício de 2021, conforme tabela do SIAFI. Com base nestas informações chegou-se à tabela abaixo:

Tabela 4 - Relação, por Secretaria de Estado, entre orçamento; valores empenhados; valores de contas correntes que tiveram valor empenhado, mas não possuíam dotação orçamentária inicial; e valores de contas correntes que tiveram valor empenhado maior do que previsto na dotação orçamentária inicial.

ÓRGÃO (A)	Orçamento Inicial (R\$) (B)	Orçamento Atualizado (R\$) (C)	Empenhado (D)	Valor empenhado e sem dotação no orçamento Inicial (E)	Valor empenhado maior que a dotação orçamentária. Inicial (F)	Valor empenhado e não previsto no orçamento Inicial (G) = (F) + (E)	% de valores empenhados e fora do orçamento Inicial (H) = (G)/(D)
SEIL	891.076.601,00	2.002.673.610,00	647.008.887,03	407.332.196,10	61.853.907,96	469.186.104,06	72,52%
SEDEST	263.239.928,00	267.631.635,00	3.995.324,71	104.185,82	0,00	104.185,82	2,61%
SESP	251.279.039,00	398.338.122,00	151.044.984,47	67.778.076,40	7.462.313,13	75.240.389,53	49,81%
SEDU	230.735.147,00	273.134.632,00	79.447.845,02	60.441.023,84	5.504.242,81	65.945.266,65	83,00%
SEED	73.503.744,00	102.222.300,00	32.625.517,16	10.552.219,93	3.780.813,54	14.333.033,47	43,93%
SESA	31.275.687,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00%
SEJUF	29.103.749,00	42.798.632,00	7.978.657,31	6.826.883,44	3.131.250,44	9.958.133,88	124,81%
SETI	23.900.270,00	74.143.570,00	32.531.564,14	9.712.873,65	3.744.888,55	13.457.762,20	41,37%
Casa Civil	8.000.000,00	9.716.941,00	1.313.974,07	1.313.974,07	0,00	1.313.974,07	100,00%
CECC	3.000.000,00	3.000.000,00	113.232,87	113.232,87	0,00	113.232,87	100,00%
SEAB	1.300.000,00	675.000,00	70.558,42	0,00	0,00	0,00	-
SEFA	700.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SECC	400.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL	1.807.514.165,00	3.176.154.442,00	957.130.545,20	565.174.666,12	85.477.416,43	650.652.082,55	67,98%

Fonte: SIAFI exercício de 2021.

Pode-se verificar, conforme tabela acima, que o valor empenhado para obras do Estado do Paraná, sofreu várias alterações, sendo que 67,98% do que foi empenhado em 2021, não constava no orçamento inicialmente proposto pelo Governo.

Isso demonstra que mais de dois terços de todas as obrigações de pagamento de despesa, referentes ao elemento de despesa 51 – Obras e Instalações, foram geradas de alterações da lei orçamentária inicialmente proposta, mostrando indícios de falhas no planejamento do Estado.



2.2 CONTROLE DE INFORMAÇÕES

A avaliação das ferramentas de controle das obras pode ser realizada pela confrontação entre os diferentes sistemas que detêm informações sobre as obras do Governo do Estado do Paraná.

Verificou-se que as diferentes entidades do Poder Executivo estadual, mantêm diferentes formas de controle sobre as obras públicas, as obras da SEED são planejadas e fiscalizadas pelo FUNDEPAR, que não dispõe de um sistema em funcionamento para o acompanhamento de obras. Já a Paraná Edificações (PRED) utiliza o sistema SGPO, enquanto o Departamento de Estradas e Rodagem utiliza o SIDER.

Assim procedeu-se a analisar as obras com base no Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento, exercício de 2021, documento que se propõe a subsidiar o Poder Legislativo na apreciação e análise das Principais Ações e Obras realizadas no exercício. O relatório é extraído do Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual – **SIGAME**.

Desta forma, verifica-se que não há um sistema com informações consistentes de todas as obras do poder executivo do Estado do Paraná

2.3 OBRAS EXECUTADAS PELO ESTADO DO PARANÁ COM BASE NO DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO ORÇAMENTO, EXERCÍCIO DE 2021

Com base no Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento, exercício de 2021, foram levantadas todas as obras do Poder Executivo, executadas pelo Governo do Estado do Paraná, sendo excluídas as obras das estatais não dependentes. Chegou-se assim à tabela abaixo:

Tabela 5 - Relação de obras, por Secretária de Estado, com seus respectivos valores orçamentários, com base no Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento, exercício de 2021

SECRETÁRIAS	Nº OBRAS	ORÇAMENTO INICIAL (R\$)	ORÇAMENTO DISPONÍVEL (R\$)	ORÇAMENTO CONTINGENCIADO (R\$)	TOTAL ORÇAMENTÁRIO (R\$)	EMPENHADO (R\$)	PAGO (R\$)
SEIL	58	889.001.601,00	1.238.908.137,00	560.640.473,00	1.799.548.610,00	645.958.887,03	445.615.607,82
SEDEST	10	262.719.928,00	5.391.707,00	261.719.928,00	267.111.635,00	3.995.324,71	2.595.415,04
SESP	50	251.279.039,00	348.064.154,00	47.235.229,00	395.299.383,00	148.006.248,64	21.842.573,56
SEDU	117	225.336.844,00	116.003.215,00	151.733.114,00	267.736.329,00	79.447.845,02	43.031.203,31
SEED	87	70.130.744,00	69.845.901,00	25.910.395,00	95.756.296,00	31.758.455,22	11.286.877,18
SESA	30	31.275.687,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
SEJUF	75	27.862.749,00	14.267.216,00	27.290.416,00	41.557.632,00	7.978.657,31	3.362.001,28
SETI	67	23.900.270,00	50.710.358,00	23.433.212,00	74.143.570,00	32.531.564,14	5.592.671,28
Casa Civil	5	8.000.000,00	3.198.071,00	6.518.870,00	9.716.941,00	1.313.974,07	607.818,13
CECC	3	3.000.000,00	113.233,00	2.886.767,00	3.000.000,00	113.232,87	47.240,75
SEAB	13	1.300.000,00	103.400,00	500.000,00	603.400,00	0,00	0,00
SEFA	1	700.000,00	8.712,00	11.288,00	20.000,00	0,00	0,00
SECC	1	400.000,00	400.000,00	400.000,00	800.000,00	0,00	0,00
TOTAL	517	1.794.906.862,00	1.848.014.104,00	1.108.279.692,00	2.956.293.796,00	952.104.189,01	533.981.408,35

Fonte: Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento, exercício de 2021.

Abaixo está a tabela que foi extraída do SIAFI (elemento 51), com a exclusão das obras das estatais não dependentes.

Tabela 6 - Relação de obras, por Secretária de Estado, com seus respectivos valores orçamentários, com base no SIAFI, exercício de 2021.

SECRETÁRIAS	ORÇAMENTO INICIAL (R\$)	ORÇAMENTO DISPONÍVEL (R\$)	ORÇAMENTO CONTINGENCIADO (R\$)	ORÇAMENTO ATUALIZADO (R\$)	EMPENHADO (R\$)	PAGO (R\$)
SEIL	891.076.601,00	1.239.958.137,00	762.715.473,00	2.002.673.610,00	647.008.887,03	446.215.607,82
SEDEST	263.239.928,00	5.391.707,00	262.239.928,00	267.631.635,00	3.995.324,71	2.595.415,04
SESP	251.279.039,00	351.102.893,00	47.235.229,00	398.338.122,00	151.044.984,47	22.069.538,33
SEDU	230.735.147,00	116.003.215,00	157.131.417,00	273.134.632,00	79.447.845,02	43.031.203,31
SEED	73.503.744,00	72.938.905,00	29.283.395,00	102.222.300,00	32.625.517,16	11.286.877,18
SESA	31.275.687,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
SEJUF	29.103.749,00	14.267.216,00	28.531.416,00	42.798.632,00	7.978.657,31	3.362.001,28
SETI	23.900.270,00	50.710.358,00	23.433.212,00	74.143.570,00	32.531.564,14	5.592.671,28
Casa Civil	8.000.000,00	3.198.071,00	6.518.870,00	9.716.941,00	1.313.974,07	607.818,13
CEDC	3.000.000,00	113.233,00	2.886.767,00	3.000.000,00	113.232,87	47.240,75
SEAB	1.300.000,00	175.000,00	500.000,00	675.000,00	70.558,42	70.558,42
SEFA	700.000,00	8.712,00	11.288,00	20.000,00	0,00	0,00
SECC	400.000,00	400.000,00	400.000,00	800.000,00	0,00	0,00
TOTAL	1.807.514.165,00	1.855.267.447,00	1.320.886.995,00	3.176.154.442,00	957.130.545,20	534.878.931,54

Fonte: SIAFI exercício de 2021

Procedeu-se então a comparação entre os dados extraídos do SIGAME e do SIAFI para a análise dos lançamentos contábeis no Governo do Estado do Paraná. Verificou-se que algumas contas correntes representadas na SIAFI, não possuíam contrapartida no Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento, exercício de 2021. Assim, na tabela abaixo, está demonstrado os valores lançados a mais, por secretaria de Estado, entre o sistema SIAFI e o demonstrativo de execução física e financeira.

Tabela 7 - Diferença, por Secretária de Estado, entre os valores extraídos do Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento, exercício de 2021 e do SIAFI, elemento de despesa 51, do exercício financeiro de 2021

SECRETÁRIAS	ORÇAMENTO INICIAL (R\$)	ORÇAMENTO DISPONÍVEL (R\$)	ORÇAMENTO CONTINGENCIADO (R\$)	ORÇAMENTO ATUALIZADO (R\$)	EMPENHADO (R\$)	PAGO (R\$)
SEIL	2.075.000,00	1.050.000,00	202.075.000,00	203.125.000,00	1.050.000,00	600.000,00
SEDEST	520.000,00	0,00	520.000,00	520.000,00	0,00	0,00
SESP	0,00	3.038.739,00	0,00	3.038.739,00	3.038.735,83	226.964,77
SEDU	5.398.303,00	0,00	5.398.303,00	5.398.303,00	0,00	0,00
SEED	3.373.000,00	3.093.004,00	3.373.000,00	6.466.004,00	867.061,94	0,00
SESA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEJUF	1.241.000,00	0,00	1.241.000,00	1.241.000,00	0,00	0,00
SETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Casa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEDC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEAB	0,00	71.600,00	0,00	71.600,00	70.558,42	70.558,42
SEFA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	12.607.303,00	7.253.343,00	212.607.303,00	219.860.646,00	5.026.356,19	897.523,19

Fonte: Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento e SIAFI, exercício de 2021.

Estes valores a mais, extraídos do SIAFI, estão demonstradas nas contas correntes da tabela abaixo. Destaca-se que, com exceção destas contas correntes, os valores extraídos do Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento, exercício de 2021, são equivalentes aos valores extraídos do SIAFI. Estas contas correntes não possuem indicação ou informação que se pode analisar do Demonstrativo de Execução Físico Financeiro.



Tabela 8 - Contas Correntes extraídas do SIAFI, sem que haja obra determinada no Demonstrativo de Execução Físico Financeiro do exercício de 2021.

SECRETARIA	CONTA CORRENTE	ORÇAMENTO INICIAL (R\$)	ORÇAMENTO DISPONÍVEL (R\$)	ORÇAMENTO CONTINGENCIADO (R\$)	ORÇAMENTO ATUALIZADO (R\$)	EMPENHADO (R\$)	PAGO (R\$)
SESP	05366664	0,00	295.039,00	0,00	295.039,00	295.038,53	0,00
SESP	05366665	0,00	309.289,00	0,00	309.289,00	309.288,26	200.756,40
SESP	05366666	0,00	932.538,00	0,00	932.538,00	932.537,88	0,00
SESP	05366668	0,00	247.712,00	0,00	247.712,00	247.711,82	0,00
SESP	05366667	0,00	600.020,00	0,00	600.020,00	600.019,16	0,00
SESP	05366669	0,00	364.936,00	0,00	364.936,00	364.935,95	26.208,37
SESP	05366670	0,00	289.205,00	0,00	289.205,00	289.204,23	0,00
SEED	05359066	1.953.000,00	0,00	1.953.000,00	1.953.000,00	0,00	0,00
SEED	05359067	1.420.000,00	0,00	1.420.000,00	1.420.000,00	0,00	0,00
SEED	05365972	0,00	285.139,00	0,00	285.139,00	285.138,48	0,00
SEED	05365986	0,00	285.139,00	0,00	285.139,00	285.138,48	0,00
SEED	05365753	0,00	285.139,00	0,00	285.139,00	0,00	0,00
SEED	05365983	0,00	300.802,00	0,00	300.802,00	0,00	0,00
SEED	05365501	0,00	1.640.000,00	0,00	1.640.000,00	0,00	0,00
SEED	05365981	0,00	296.785,00	0,00	296.785,00	296.784,98	0,00
SEJUF	05359536	150.000,00	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
SEJUF	05364572	491.000,00	0,00	491.000,00	491.000,00	0,00	0,00
SEJUF	05364603	600.000,00	0,00	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00
SEAB	05365772	0,00	43.000,00	0,00	43.000,00	42.012,29	42.012,29



SEAB	05365853	0,00	28.600,00	0,00	28.600,00	28.546,13	28.546,13
SEDU	05360090	5.398.303,00	0,00	5.398.303,00	5.398.303,00	0,00	0,00
SETI	05365036	520.000,00	0,00	520.000,00	520.000,00	0,00	0,00
SEIL	05360458	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00
SEIL	05362673	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00	450.000,00	0,00
SEIL	05366415	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00
SEIL	05365136	0,00	0,00	18.907.432,00	18.907.432,00	0,00	0,00
SEIL	05365137	0,00	0,00	16.025.110,00	16.025.110,00	0,00	0,00
SEIL	05365138	0,00	0,00	8.286.530,00	8.286.530,00	0,00	0,00
SEIL	05365139	0,00	0,00	13.216.090,00	13.216.090,00	0,00	0,00
SEIL	05365140	0,00	0,00	6.924.145,00	6.924.145,00	0,00	0,00
SEIL	05365141	0,00	0,00	3.435.234,00	3.435.234,00	0,00	0,00
SEIL	05365142	0,00	0,00	4.255.184,00	4.255.184,00	0,00	0,00
SEIL	05365143	0,00	0,00	13.956.553,00	13.956.553,00	0,00	0,00
SEIL	05365144	0,00	0,00	12.371.554,00	12.371.554,00	0,00	0,00
SEIL	05365145	0,00	0,00	18.367.602,00	18.367.602,00	0,00	0,00
SEIL	05365146	0,00	0,00	21.663.620,00	21.663.620,00	0,00	0,00
SEIL	05365147	0,00	0,00	3.633.730,00	3.633.730,00	0,00	0,00
SEIL	05365148	0,00	0,00	13.877.940,00	13.877.940,00	0,00	0,00
SEIL	05365149	0,00	0,00	23.424.560,00	23.424.560,00	0,00	0,00
SEIL	05365150	0,00	0,00	21.654.716,00	21.654.716,00	0,00	0,00
SEIL	05365081	75.000,00	0,00	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00
TOTAL		12.607.303,00	7.253.343,00	212.607.303,00	219.860.646,00	5.026.356,19	897.523,19

Fonte: Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento e SIAFI, exercício de 2021.

Não é possível verificar sobre quais obras as contas correntes acima são referentes, pois o SIAFI não tem esta especificação

2.4 SITUAÇÃO DAS OBRAS EXECUTADAS PELO ESTADO DO PARANÁ COM BASE NO DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO ORÇAMENTO, EXERCÍCIO DE 2021

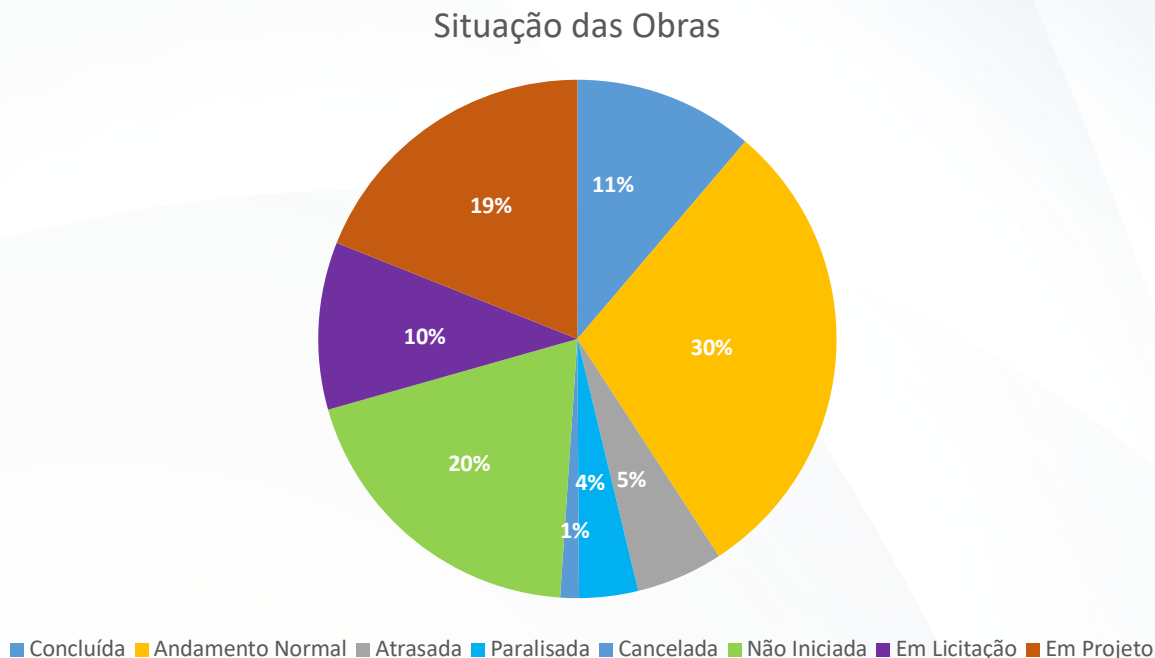
Com base no Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento e SIAFI, exercício de 2021, foi levantado a situação das obras do Poder Executivo do Estado do Paraná, com exceção das obras das estatais não dependentes.

Tabela 9 - Situação das obras com base no Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento do exercício de 2021.

SECRETARIA	Nº OBRAS	SITUAÇÃO DA OBRA							
		CONCLUÍDA	ANDAMENTO NORMAL	ATRASADA	PARALISADA	CANCELADA	NÃO INICIADA	EM LICITAÇÃO	EM PROJETO
CASA CIVIL	5	0	2	0	0	0	1	0	2
CEDC	3	0	0	0	0	0	0	0	3
SEAB	13	0	0	0	0	0	13	0	0
SECC	1	0	0	0	0	0	1	0	0
SEDEST	10	0	8	0	0	0	0	0	2
SEDU	117	19	31	16	7	0	16	25	3
SEED	87	3	42	2	2	5	25	7	1
SEFA	1	0	0	0	0	0	1	0	0
SEIL	58	6	33	6	2	0	9	2	0
SEJUF	75	7	5	0	6	1	10	9	37
SESA	30	2	1	1	0	0	8	2	16
SESP	50	0	14	0	2	0	1	5	28
SETI	67	21	17	3	0	0	16	4	6
TOTAL	517	58	153	28	19	6	101	54	98

Fonte: Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento do exercício de 2021.

Gráfico 1 - Situação das obras com base no Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento do exercício de 2021 em percentual.



Verifica-se, conforme demonstrado na tabela acima, que apenas 41% das obras no exercício de 2021, foram concluídas ou tiveram andamento normal.

No entanto, este número é menor, do que as 259 obras (50%) que ou foram canceladas, ou não foram iniciadas, ou estão em fase de licitação ou ainda estão em fase de projeto. Este número representa as obras planejadas para serem realizadas em 2021, mas não tiveram sua execução iniciada. Percebe-se que mais da metade das obras do Governo do Estado do Paraná se encontram nessa situação. Ainda 9% das obras ou estão atrasadas ou paralisadas, demonstrando que houve algum problema na execução.

Estes percentuais apresentados acima, demonstram indícios de falhas no planejamento do Estado, pois quase 60% das obras previstas, para o exercício de 2021, nem foram iniciadas nem possuem andamento normal.



3 SITUAÇÃO DAS OBRAS QUE CONSTAVAM COMO INACABADAS EM 2020

No relatório de fiscalização nº 09/2021, realizado pela 5ª ICE, que trata da gestão de obras públicas das contas do Governador, do exercício de 2020, foi levantado uma amostra, com base na materialidade de valores da carteira de obras autorizada na LOA 2020, para se analisar a atividade de planejamento do Poder Executivo quanto à execução de obras públicas.

Procedeu-se a verificar se uma amostra de obras que se encontrava inacabada no ano de 2019, com base no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento PCA 2019, constava no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento PCA 2020, ou se estava no Relatório sobre a Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021.

Desta forma, de maneira a prosseguir com o trabalho iniciado no exercício financeiro anterior, iniciou-se a análise de uma amostra de obras inacabadas do ano de 2020.

A amostra foi determinada com base na materialidade dos valores apresentados na LOA 2021, excluídas as estatais não dependentes, conforme demonstrado na tabela abaixo. Desta forma selecionou-se como amostra as três secretarias que possuem maior participação orçamentária para execução de obras, sendo elas a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo – SEDEST e a Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP.

Tabela 10 - Valores previstos da LOA 2021 para obras no Poder Executivo Estadual, com exceção das estatais não dependentes.

ÓRGÃO	ORÇAMENTO INICIAL (R\$)	PARTICIPAÇÃO NA CARTEIRA (%)
SEIL	891.076.601,00	49,30%
SEDEST	263.239.928,00	14,56%
SESP	251.279.039,00	13,90%
SEDU	230.735.147,00	12,77%
SEED	73.503.744,00	4,07%
SESA	31.275.687,00	1,73%

SEJUF	29.103.749,00	1,61%
SETI	23.900.270,00	1,32%
Casa Civil	8.000.000,00	0,44%
Coordenadoria Estadual da Casa Civil	3.000.000,00	0,17%
SEAB	1.300.000,00	0,07%
SEFA	700.000,00	0,04%
SECC	400.000,00	0,02%
TOTAL	1.807.514.165,00	100,00%

Fonte: SIAFI, exercício financeiro 2021.

A fim de se manter uma padronização entre a análise de contas do Governador do ano de 2020 e do ano de 2021, foram utilizados critérios similares para se definir a amostra, sendo eles:

- Obras desenvolvidas pelas Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, que corresponde a aproximadamente 78% da carteira do volume autorizado na LOA – 2020;
- Obras desenvolvidas pela Administração Direta ou Indireta, excluindo-se aquelas desenvolvidas pelas empresas públicas e sociedades de economia mista não dependentes;
- Obras que possuam como produto a construção de edifícios públicos, obras rodoviárias de domínio público ou outras obras de domínio público;
- Obras que apresentavam a situação classificada como “andamento normal”, “atrasada” ou “paralisada”;
- Obras que apresentavam avanço físico ou financeiro maior do que zero.

Assim, levantando os empreendimentos do Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do exercício de 2021, que atendem aos critérios estabelecidos acima, chegou-se a seguinte amostra de obras:

Tabela 11 - Amostra de obras não acabadas, conforme critérios estabelecidos acima.

Nº	OBRAS	SITUAÇÃO
1	Controlar erosão e combater cheias	Andamento Normal
2	Construir ponte internacional entre Brasil e Paraguai	Atrasada
3	Construir acesso entre a ponte internacional e a BR-277	Atrasada
4	Ampliar capacidade - PR 092 - Curitiba - Almirante Tamandaré Lote 2.1A - Ponte do Rio Barigui	Andamento Normal
5	Implantar Ponte Rio Chopin PR-912 - Cel. Domingos Soares (123 m)	Andamento Normal
6	Implantar acesso PR 912 Coronel Domingos Soares	Andamento Normal
7	Duplicar e Restaurar trecho: Londrina - Irerê PR-445	Andamento Normal
8	Duplicar Trecho: Maringá-Cianorte, subtrecho: Paçandú-Dr.Camargo. PR-323	Andamento Normal
9	Implantar acesso ao Contorno Norte de Castro PR-340	Andamento Normal
10	Pavimentar PR-239 de Pitanga - Mato Rico	Paralisada
11	Implantar PR 364 - Irati-São Mateus do Sul	Andamento Normal
12	Implantar contorno Oeste de Marechal Cândido Rondon	Paralisada
13	Pontos Críticos PR-650 Alçamento São João do Ivaí-Godoy Moreira 6 pontos e 1 ponte	Andamento Normal
14	Executar obras de arte - Entr-180 Entr-483 Contorno Noroeste de Francisco Beltrão	Andamento Normal
15	Revitalizar Pontes do Contorno de Palotina - Rio Pioneiro e Rio Santa Fé (CO051/2018)	Andamento Normal
16	Executar obra de arte especial no km 16+670m da rodovia PR-492, entre Acesso a Tamboara e Acesso a Paraíso do Norte	Andamento Normal
17	Construir Contorno Leste de Palotina (CO052/2018/2012DT)	Andamento Normal
18	Recuperar Avenida Bento Rocha, no município de Paranaguá	Andamento Normal
19	Executar dos serviços Implantação de Acesso Estadual às Indústrias de Pitanga, na faixa de domínio da Rodovia PRC 466	Andamento Normal
20	Pavimentar Estrada Juranda Trecho: Entrc. PR-492 (Tamboara) PR-559(Juranda) PR-685	Andamento Normal
21	Construir interseção da rodovia com a Av. João XXIII PRC - 272 Ibiporã	Andamento Normal
22	Pavimentar trecho, obras de arte, ponte sobre o Rio Iguaçu, subtrecho rua Cel. Amazonas (Centro) - av. Paula Freitas (Bairro São Cristóvão)	Andamento Normal
23	Pavimentar, asfaltar, drenar obras de arte correntes, obras de arte especiais e serviços complementares: passagem inferior e vias marginais Santa Terezinha do Itaipu-Foz do Iguaçu	Andamento Normal

24	Readequar canal de macrodrenagem Av. Juscelino Kubitscheck de Oliveira, Matinhos	Andamento Normal
25	PRC - 272 Ibiporã - Interseção da rodovia com a Av. João XXIII	Andamento Normal
26	Pavimentar Contorno Noroeste de Francisco Beltrão Entr-180, Entr-483	Andamento Normal
27	Realizar obras de reformas de edificações	Andamento Normal
28	Realizar obras de reformas de edificações	Andamento Normal
29	Realizar obras de reformas de edificações	Andamento Normal
30	Realizar obras de reformas de edificações	Andamento Normal
31	Reformar o 9º Batalhão da Polícia Militar de Paranaguá	Andamento Normal
32	Construir o Corpo de Bombeiros de Apucarana	Andamento Normal
33	Construir o Corpo de Bombeiros de Ivaiporã	Andamento Normal
34	Construir o Corpo de Bombeiros de Jaguariaíva	Andamento Normal
35	Realizar obras de reformas de edificações	Andamento Normal
36	Realizar obras de Construção para o Paraná Seguro-BID	Andamento Normal
37	Construir Delegacia de São José dos Pinhais	Atrasada
38	Construir, ampliar e/ou reformar estabelecimentos penais	Andamento Normal
39	Ampliar a Penitenciária Estadual de Piraquara II	Andamento Normal
40	Ampliar a Penitenciária Estadual de Piraquara	Andamento Normal
41	Ampliar a Penitenciária Industrial de Cascavel	Andamento Normal
42	Construir a Cadeia Pública de Londrina	Andamento Normal
43	Construir a Cadeia Pública de Guaíra	Andamento Normal
44	Construir a Cadeia Pública de Foz do Iguaçu	Andamento Normal
45	Construir a Cadeia Pública de Piraquara	Andamento Normal

Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento, exercício de 2020.

Levantou-se 45 empreendimentos que atendiam aos critérios estabelecidos acima. Com base nessa amostra foi analisado a continuidade das obras públicas no Governo do Estado do Paraná.

Para a análise procedeu-se a comparação entre a situação das obras (andamento normal, paralisada, atrasada) no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento de 2020 e se estas estavam presente nos Demonstrativos da Execução Física e Financeira do Orçamento de 2021 e no Relatório sobre a Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022.

Assim, mantendo o padrão estabelecido no caderno técnico de gestão de obras da prestação de contas do Governador do exercício anterior, aplicou-se a conclusão se o planejamento é satisfatório ou insatisfatório, conforme critério demonstrado abaixo:



Planejamento satisfatório - quando a obra consta com a SITUAÇÃO (andamento normal, paralisada, atrasada) no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do Exercício de 2020 e se foi novamente considerada nos seguintes documentos:

- a. Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do Exercício de 2021; ou
- b. no Relatório sobre Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022.

Planejamento insatisfatório - quando a obra consta com a SITUAÇÃO (andamento normal, paralisada, atrasada) no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do Exercício de 2020 e não foi prevista nos seguintes documentos:

- a. Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do Exercício de 2021; e
- b. Relatório sobre Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022.

Assim, quando uma dada obra não constar no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do Exercício de 2021 e no Relatório sobre Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022, ela será classificada como “Não informada”.

Aplicando os critérios estabelecidos acima na amostra levantada, chega-se à tabela abaixo:

Tabela 12 - Situação da amostra de obras selecionadas em 2020 e 2021.

ÓRGÃO	OBRAS	SITUAÇÃO		FONTE DE INFORMAÇÃO	PLANEJAMENTO
		2020	2021		
SEDEST	Controlar Erosão E Combater Cheias	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Construir Ponte Internacional Entre Brasil E Paraguai	Atrasada	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Construir Acesso Entre A Ponte Internacional E A Br-277	Atrasada	Atrasada	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Ampliar Capacidade - Pr 092 - Curitiba - Almirante Tamandaré Lote 2.1a - Ponte Do Rio Barigui	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Implantar Ponte Rio Chopin Pr-912 - Cel. Domingos Soares (123 M)	Andamento Normal	Concluída	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Implantar Acesso Pr 912 Coronel Domingos Soares	Andamento Normal	Concluída	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Duplicar E Restaurar Trecho: Londrina - Irerê Pr-445	Andamento Normal	Concluída	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Duplicar Trecho: Maringá-Cianorte, Subtrecho: Paçandú-Dr. Camargo. Pr-323	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Implantar Acesso Ao Contorno Norte De Castro Pr-340	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Pavimentar Pr-239 De Pitanga - Mato Rico	Paralisada	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Implantar Pr 364 - Irati-São Mateus Do Sul	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Implantar Contorno Oeste De Marechal Cândido Rondon	Paralisada	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Pontos Críticos Pr-650 Alçamento São João Do Ivaí-Godoy Moreira 6 Pontos E 1 Ponte	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Executar Obras De Arte - Entr-180 Entr-483 Contorno Noroeste De Francisco Beltrão	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório



SEIL	Revitalizar Pontes Do Contorno De Palotina - Rio Pioneiro E Rio Santa Fé (Co051/2018)	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Executar Obra De Arte Especial No Km 16+670m Da Rodovia Pr-492, Entre Acesso A Tamboara E Acesso A Paraíso Do Norte	Andamento Normal	Não Informada	Sem Informação	Insatisfatório
SEIL	Construir Contorno Leste De Palotina (Co052/2018/2012dt)	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Recuperar Avenida Bento Rocha, No Município De Paranaguá	Andamento Normal	Não Informada	Sem Informação	Insatisfatório
SEIL	Executar Dos Serviços Implantação De Acesso Estadual Às Indústrias De Pitanga, Na Faixa De Domínio Da Rodovia Prc 466	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Pavimentar Estrada Juranda Trecho: Entre. Pr-492 (Tamboara) Pr-559(Juranda) Pr-685	Andamento Normal	Não Informada	Sem Informação	Insatisfatório
SEIL	Construir Interseção Da Rodovia Com A Av. João Xxiii Prc - 272 Ibiporã	Andamento Normal	Não Informada	Sem Informação	Insatisfatório
SEIL	Pavimentar Trecho, Obras De Arte, Ponte Sobre O Rio Iguaçu, Subtrecho Rua Cel. Amazonas (Centro) - Av. Paula Freitas (Bairro São Cristóvão)	Andamento Normal	Concluída	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Pavimentar, Asfaltar, Drenar Obras De Arte Correntes, Obras De Arte Especiais E Serviços Complementares: Passagem Inferior E Vias Marginais Santa Terezinha Do Itaipu-Foz Do Iguaçu	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Readequar Canal De Macrodrenagem Av. Juscelino Kubitschek De Oliveira, Matinhos	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SEIL	Prc - 272 Ibiporã - Interseção Da Rodovia Com A Av. João Xxiii	Andamento Normal	Não Informada	Sem Informação	Insatisfatório
SEIL	Pavimentar Contorno Noroeste De Francisco Beltrão Entr-180, Entr-483	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SESP	Realizar Obras De Reformas De Edificações	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SESP	Realizar Obras De Reformas De Edificações	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SESP	Realizar Obras De Reformas De Edificações	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório

SESP	Realizar Obras De Reformas De Edificações	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SESP	Reformar o 9º batalhão da Polícia Militar de Paranaguá	Andamento Normal	Em Execução	Relatório Sobre o Patrimônio Público Estadual 2022	Satisfatório
SESP	Construir O Corpo De Bombeiros De Apucarana	Andamento Normal	Não Informada	Sem Informação	Insatisfatório
SESP	Construir O Corpo De Bombeiros De Ivaiporã	Andamento Normal	Em Projeto	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SESP	Construir O Corpo De Bombeiros De Jaguariá	Andamento Normal	Não Informada	Sem Informação	Insatisfatório
SESP	Realizar Obras De Reformas De Edificações	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SESP	Realizar Obras De Construção Para O Paraná Seguro-Bid	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SESP	Construir Delegacia De São José Dos Pinhais	Atrasada	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SESP	Construir, Ampliar E/Ou Reformar Estabelecimentos Penais	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SESP	Ampliar A Penitenciária Estadual De Piraquara II	Andamento Normal	Em Execução	Relatório Sobre O Patrimônio Público Estadual 2022	Satisfatório
SESP	Ampliar A Penitenciária Estadual De Piraquara	Andamento Normal	Em Licitação	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SESP	Ampliar A Penitenciária Industrial De Cascavel	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório
SESP	Construir A Cadeia Pública De Londrina	Andamento Normal	Em Execução	Relatório Sobre O Patrimônio Público Estadual 2022	Satisfatório
SESP	Construir A Cadeia Pública De Guaíra	Andamento Normal	Em Execução	Relatório Sobre O Patrimônio Público Estadual 2022	Satisfatório
SESP	Construir A Cadeia Pública De Foz Do Iguaçu	Andamento Normal	Em Execução	Relatório Sobre O Patrimônio Público Estadual 2022	Satisfatório
SESP	Construir A Cadeia Pública De Piraquara	Andamento Normal	Andamento Normal	Demonstrativo De Execução Física E Financeira Do Orçamento	Satisfatório

Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento, exercícios 2020 e 2021; Relatório sobre Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022



No levantamento foi possível perceber que dos 45 empreendimentos apresentados, 33 constavam no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do Exercício de 2021. Dos 12 restantes, 5 não constavam no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do Exercício de 2021, mas estavam no Relatório sobre Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022. Por fim, 7 não constavam em nenhum dos dois documentos.

Dessa forma, os documentos que instruem a Prestação de Contas de 2021 são omissos quanto a situação de obras não concluídas ao fim do exercício de 2020, fato que constitui indício de possível abandono de obras.

Percebe-se que as 7 obras, encontravam-se em andamento normal no final de 2020, e mesmo assim não compuseram o Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do Exercício de 2021. O valor total já despendido com essas obras foi de R\$17.119.534,73.

Tabela 13 - Valores orçamentários das obras que tiveram seu planejamento considerado Insatisfatório.

OBRAS	TOTAL ORÇAMENTÁRIO	EMPENHADO	PAGO	SITUAÇÃO EM 2020
Executar obra de arte especial no km 16+670m da rodovia PR-492, entre Acesso a Tamboara e Acesso a Paraíso do Norte	R\$ 28.677.577,00	R\$ 2.600.000,00	R\$ 1.323.258,81	Andamento Normal
Recuperar Avenida Bento Rocha, no município de Paranaguá	R\$ 38.883.820,00	R\$ 7.587.690,25	R\$ 5.918.852,82	Andamento Normal
Pavimentar Estrada Juranda Trecho: Entre. PR-492 (Tamboara) PR-559(Juranda) PR-685	R\$ 50.347.637,00	R\$ 2.600.000,00	R\$ 1.232.144,61	Andamento Normal
Construir interseção da rodovia com a Av. João XXIII PRC - 272 Ibiporã	R\$ 6.677.047,00	R\$ 2.270.000,00	R\$ 1.024.557,81	Andamento Normal
PRC - 272 Ibiporã - Interseção da rodovia com a Av. João XXIII	R\$ 30.000.000,00	R\$ 8.206.218,00	R\$ 7.620.720,68	Andamento Normal

Construir o Corpo de Bombeiros de Apucarana	R\$ 70.020.066,00			Andamento Normal
Construir o Corpo de Bombeiros de Jaguariaíva	R\$ 10.000.000,00	R\$ 42.798,16		Andamento Normal
TOTAL	R\$ 234.606.147,00	R\$ 23.306.706,41	R\$ 17.119.534,73	

Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento, exercícios 2020 e 2021; Relatório sobre Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022

O resultado deste cenário indica que a atividade de planejamento do Poder Executivo é insatisfatória, uma fragilidade que, além de afrontar o artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, permite que novos projetos possam ser incluídos na lei orçamentária sem que se garanta os recursos para a conclusão dos projetos existentes.



4 OBRAS PARALISADAS

Foi encaminhado no dia 11/05/2022, via Canal de Comunicação – CACO, ao Chefe da Casa Civil, para que respondesse no prazo de 15 dias úteis, às seguintes solicitações de informação a respeito das obras paralisadas:

1. Encaminhe as informações referentes às obras paralisadas, pertencentes ao Estado do Paraná, tanto da administração direta quanto da administração indireta, conforme tabela em anexo⁴. As planilhas deverão ter por data base, a lista de obras paralisadas em dezembro de 2020, e a lista de obras paralisadas em dezembro de 2021. Ainda, reforça-se que a resposta deverá ser encaminhada conforme tabela em anexo em formato “.x/sx” (documento em Excel, conforme arquivo encaminhado em anexo).
2. Encaminhe as diretrizes implantadas pelo Governo, com vistas a estabelecer, para as secretarias e as entidades, medidas que necessitam ser adotadas para regularizar as obras paralisadas e assim concluí-las, respeitando assim o artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000⁵.

Foi solicitado, então, por duas vezes, pelo Chefe da Casa Civil prorrogação de prazo por mais 15 dias úteis, sendo entregue os documentos solicitados na data de 12/07/2022.

Todas as conclusões deste item foram retiradas, exclusivamente, das informações prestadas pelas Secretarias e Entidades do Governo do estado do Paraná, não se julgando a qualidade da informação prestada.

4 A tabela se encontra no anexo A do relatório.

5 Art. 45. Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.



4.1 SITUAÇÃO GERAL

No total foram apresentadas, por todas as secretarias e entidades do Estado, 196 obras paralisadas. Dessas 196 obras paralisadas, 5 ocorreram no ano de 2022, portanto foram retiradas da lista.

Ainda, a Paraná Edificações – PRED apresentou seis obras paralisadas, no entanto, estas obras apesar de serem gerenciadas por esta autarquia, são obras de responsabilidade de outras secretarias. Dessas seis obras, quatro são da SESP, uma da SECC e outra da SEJUF.

Verificando as obras paralisadas apresentadas pelas secretarias, verificou-se que tanto a obra da SEJUF quanto a obra da SECC estavam discriminadas nas planilhas apresentadas pelas secretarias. No caso da SESP, somente duas das quatro obras apresentadas pela PRED estavam na lista desta secretaria. Desta forma, procedeu-se a retirada das obras duplicadas da planilha.

A UEM apresentou onze obras paralisadas. Destas onze obras, as obras Bloco M40-Centro de Eventos - Teatro da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Construção dos blocos M22 e M23 Casa do Estudante Universitário que foram divididas em etapas, ainda não tiveram suas fases finais licitadas, por isso não serão incluídas na lista, pois não há contrato que tenha sido paralisado.

Assim, retirou-se as obras conforme explicação acima, chegando ao total de 185 obras paralisadas.

Tabela 14 - Obras paralisadas conforme resposta obtida das Entidades e Secretarias de Estado.

ENTIDADES	OBRAS	VALOR INICIAL DOS CONTRATOS	VALOR PROVENIENTE DO CAIXA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	VALOR MEDIDO
COHAPAR	30	R\$ 150.537.728,14	R\$ 3.120.176,64	R\$ 82.228.433,32
FUNDEPAR	107	R\$ 122.086.761,60	R\$ 122.086.761,60	R\$ 51.805.619,14
SESP	5	R\$ 17.675.149,90	R\$ 10.128.399,03	R\$ 4.036.853,78
PRED	2	R\$ 16.971.511,27	R\$ 16.971.511,27	R\$ 1.798.971,89
SANEPAR	12	R\$ 16.042.837,36	R\$ 5.618.137,36	R\$ 7.129.057,12
UEM	9	R\$ 15.968.923,66	R\$ 12.068.206,10	R\$ 8.643.835,58
UNICENTRO	2	R\$ 7.860.201,53	R\$ 7.396.910,89	R\$ 256.566,60

UEL	1	R\$ 7.452.348,53	R\$ 3.400.000,00	R\$ 3.457.114,91
UNIOESTE	1	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 0,00
SECC	1	R\$ 5.092.029,05	R\$ 5.092.029,05	R\$ 0,00
UEPG	1	R\$ 3.901.788,20	R\$ 3.901.788,20	R\$ 2.247.094,86
SEDU	3	R\$ 3.860.789,98	R\$ 3.478.768,79	R\$ 3.366.905,98
SEJUF	3	R\$ 2.286.502,46	R\$ 2.286.502,46	R\$ 652.912,87
IAT	6	R\$ 1.808.595,28	R\$ 1.774.997,86	R\$ 693.070,93
UNESPAR	1	R\$ 268.722,60	R\$ 268.722,60	R\$ 56.431,70
SESA	1	R\$ 111.254,26	R\$ 111.254,26	R\$ 0,00
TOTAL	185	R\$ 378.925.143,82	R\$ 204.704.166,11	R\$ 166.372.868,68

Fonte: Informação obtida através de ofício da Casa Civil - OF CEE/CC 2120/22.

4.2 EVOLUÇÃO DAS OBRAS PARALISADAS

Das 185 obras paralisadas, 102 estavam paralisadas em dezembro de 2020 e 83 foram paralisadas em 2021, conforme demonstram as tabelas a seguir:

Tabela 15 - Obras paralisadas em dezembro de 2020.

SITUAÇÃO DAS OBRAS PARALISADAS EM DEZEMBRO DE 2020				
ENTIDADES	OBRAS	VALOR INICIAL DOS CONTRATOS	VALOR DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	VALOR MEDIDO
COHAPAR	23	R\$ 136.006.222,64	R\$ 3.071.183,77	R\$ 74.584.576,85
FUNDEPAR	48	R\$ 98.422.548,87	R\$ 98.422.548,87	R\$ 49.892.987,75
SESP	3	R\$ 11.532.534,03	R\$ 7.833.037,02	R\$ 3.225.585,65
PRED	2	R\$ 16.971.511,27	R\$ 16.971.511,27	R\$ 1.798.971,89
SANEPAR	6	R\$ 13.165.570,00	R\$ 2.740.870,00	R\$ 5.749.936,69
UEM	8	R\$ 12.068.206,10	R\$ 12.068.206,10	R\$ 8.643.835,58
UNICENTRO	2	R\$ 7.860.201,53	R\$ 7.396.910,89	R\$ 256.566,60
UEL	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UNIOESTE	1	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 0,00
SECC	1	R\$ 5.092.029,05	R\$ 5.092.029,05	R\$ 0,00
UEPG	1	R\$ 3.901.788,20	R\$ 3.901.788,20	R\$ 2.247.094,86
SEDU	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SEJUF	2	R\$ 1.636.502,46	R\$ 1.636.502,46	R\$ 182.342,40
IAT	4	R\$ 1.326.625,04	R\$ 1.301.759,73	R\$ 278.729,55
UNESPAR	1	R\$ 268.722,60	R\$ 268.722,60	R\$ 56.431,70

SESA	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	102	R\$ 315.252.461,79	R\$ 167.705.069,97	R\$ 146.917.059,51

Fonte: Informação obtida através de ofício da Casa Civil - OF CEE/CC 2120/22.

Com base nas informações prestadas pelas Secretarias de Estado, foi possível levantar as obras que foram paralisadas no ano de 2021, chegando ao resultado abaixo:

Tabela 16 - Obras que foram paralisadas no decorrer do ano de 2021.

OBRAS PARALISADAS EM 2021				
ENTIDADES	OBRAS	VALOR INICIAL DOS CONTRATOS	VALOR DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	VALOR MEDIDO
COHAPAR	7	R\$ 14.531.505,50	R\$ 48.992,87	R\$ 7.643.856,47
FUNDEPAR	59	R\$ 23.664.212,73	R\$ 23.664.212,73	R\$ 1.912.631,40
SESP	2	R\$ 6.142.615,87	R\$ 2.295.362,01	R\$ 811.268,13
PRED	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SANEPAR	6	R\$ 2.877.267,36	R\$ 2.877.267,36	R\$ 1.379.120,43
UEM	1	R\$ 3.900.717,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UNICENTRO	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UEL	1	R\$ 7.452.348,53	R\$ 3.400.000,00	R\$ 3.457.114,91
UNIOESTE	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SECC	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UEPG	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SEDU	3	R\$ 3.860.789,98	R\$ 3.478.768,79	R\$ 3.366.905,98
SEJUF	1	R\$ 650.000,00	R\$ 650.000,00	R\$ 470.570,47
IAT	2	R\$ 481.970,24	R\$ 473.238,13	R\$ 414.341,38
UNESPAR	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SESA	1	R\$ 111.254,26	R\$ 111.254,26	R\$ 0,00
TOTAL	83	R\$ 63.672.682,03	R\$ 36.999.096,15	R\$ 19.455.809,17

Fonte: Informação obtida através de ofício da Casa Civil - OF CEE/CC 2120/22.

Com base nas informações prestadas pelas Secretarias de Estado, foi possível verificar que no ano de 2021, dez obras paralisadas foram retomadas, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 17 - Obras que foram retomadas no ano de 2021.

OBRAS RETOMADAS EM 2021				
ENTIDADES	OBRAS	VALOR INICIAL DOS CONTRATOS	VALOR DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	VALOR MEDIDO
COHAPAR	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEPAR	8	R\$ 8.166.339,51	R\$ 8.166.339,51	R\$ 5.274.065,15
SESP	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PRED	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SANEPAR	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UEM	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UNICENTRO	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UEL	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UNIOESTE	1	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 0,00
SECC	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UEPG	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SEDU	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SEJUF	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IAT	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
UNESPAR	1	R\$ 268.722,60	R\$ 268.722,60	R\$ 56.431,70
SESA	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	10	R\$ 15.435.062,11	R\$ 15.435.062,11	R\$ 5.330.496,85

Fonte: Informação obtida através de ofício da Casa Civil - OF CEE/CC 2120/22.

Por fim, de modo a analisar a evolução das obras paralisadas fez-se uma planilha com a situação de todas as obras paralisadas em dezembro de 2021, baseada nas informações prestadas pelas Secretarias, conforme tabela abaixo:

Tabela 18 - Obras paralisadas em dezembro de 2021.

SITUAÇÃO DAS OBRAS PARALISADAS EM DEZEMBRO DE 2021				
ENTIDADES	OBRAS	VALOR INICIAL DOS CONTRATOS	VALOR DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	VALOR MEDIDO
COHAPAR	30	R\$ 150.537.728,14	R\$ 3.120.176,64	R\$ 82.228.433,32
FUNDEPAR	99	R\$ 113.920.422,09	R\$ 113.920.422,09	R\$ 46.531.553,99
SESP	5	R\$ 17.675.149,90	R\$ 10.128.399,03	R\$ 4.036.853,78

PRED	2	R\$ 16.971.511,27	R\$ 16.971.511,27	R\$ 1.798.971,89
SANEPAR	12	R\$ 16.042.837,36	R\$ 5.618.137,36	R\$ 7.129.057,12
UEM	9	R\$ 15.968.923,66	R\$ 12.068.206,10	R\$ 8.643.835,58
UNICENTRO	2	R\$ 7.860.201,53	R\$ 7.396.910,89	R\$ 256.566,60
UEL	1	R\$ 7.452.348,53	R\$ 3.400.000,00	R\$ 3.457.114,91
UNIOESTE	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SECC	1	R\$ 5.092.029,05	R\$ 5.092.029,05	R\$ 0,00
UEPG	1	R\$ 3.901.788,20	R\$ 3.901.788,20	R\$ 2.247.094,86
SEDU	3	R\$ 3.860.789,98	R\$ 3.478.768,79	R\$ 3.366.905,98
SEJUF	3	R\$ 2.286.502,46	R\$ 2.286.502,46	R\$ 652.912,87
IAT	6	R\$ 1.808.595,28	R\$ 1.774.997,86	R\$ 693.070,93
UNESPAR	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SESA	1	R\$ 111.254,26	R\$ 111.254,26	R\$ 0,00
TOTAL	175	R\$ 363.490.081,71	R\$ 189.269.104,00	R\$ 161.042.371,83

Fonte: Informação obtida através de ofício da Casa Civil - OF CEE/CC 2120/22.

Pode-se verificar que há uma evolução no número de obras paralisadas realizadas no âmbito do Governo do Estado do Paraná. Houve um aumento de 72%, no número total de obras paralisadas em dezembro de 2021 em relação a dezembro de 2020, indo de 102 obras paralisadas para 175.

Esta evolução no número de obras paralisadas, pode ter como motivação a quantidade de obras, consideradas como reparos, no FUNDEPAR. Tendo esta Entidade um aumento de obras paralisadas de 106,25%.

Este aumento no número de obras paralisadas, mostra que os esforços do Governo do Estado não estão sendo suficientes para resolver esta questão.

4.3 MOTIVO DA PARALISAÇÃO DAS OBRAS

Com base nas informações prestadas pelas Secretarias e pelas Entidades do Poder Executivo do Estado do Paraná, foi possível levantar os motivos que levaram à paralisação das obras, conforme demonstrado na tabela abaixo:



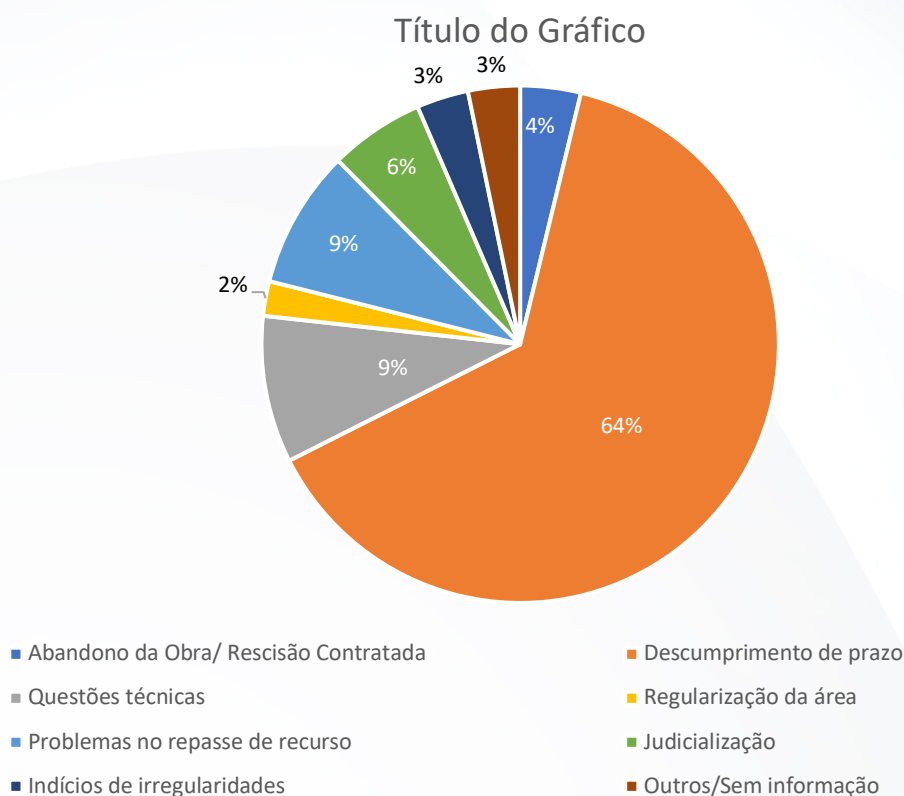
Tabela 19 - Motivo da paralisação das obras.

ENTIDADES E SECRETARIAS	ABANDONO DA OBRA/ RESCISÃO PELA CONTRATADA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO	QUESTÕES TÉCNICAS	REGULARIZAÇÃO DA ÁREA	PROBLEMAS NO REPASSE DE RECURSO	JUDICIALIZAÇÃO	INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES	OUTROS/SEM INFORMAÇÃO	TOTAL
FUNDEPAR	0	107	0	0	0	0	0	0	107
COHAPAR	4	2	1	0	13	10	0	0	30
SANEPAR	3	5	0	3	1	0	0	0	12
UEM	0	0	0	0	0	0	6	3	9
IAT	0	0	6	0	0	0	0	0	6
SESP	0	1	3	0	1	0	0	0	5
SEDU	0	0	3	0	0	0	0	0	3
SEJUF	0	1	1	1	0	0	0	0	3
PRED	0	0	2	0	0	0	0	0	2
UNICENTRO	0	0	0	0	1	0	0	1	2
UEL	0	1	0	0	0	0	0	0	1
UNIOESTE	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SECC	0	0	0	0	0	1	0	0	1
UEPG	0	1	0	0	0	0	0	0	1
UNESPAR	0	0	0	0	0	0	0	1	1
SESA	0	0	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL	7	118	17	4	16	11	6	6	185

Fonte: Informação obtida através de ofício da Casa Civil - OF CEE/CC 2120/22.

Com base na planilha acima, levantou-se um gráfico para demonstrar as principais causas de paralisação de obras do Poder Executivo do Governo do Estado do Paraná.

Gráfico 2 - Motivo da paralisação das obras públicas.



Conforme exposto no gráfico acima, o principal motivo para a paralisação da obra é o descumprimento do prazo pela Contratada, seguido de problemas de ordem técnica.

Destaca-se que apesar de não possuir informações suficientes a respeito do motivo pelos descumprimentos de prazo pela Contratada, muitas destas ocorrem devido a problemas de ordem técnica, demonstrando a importância de um bom planejamento prévio à licitação, com projetos básicos robustos de maneira a evitar problemas na execução contratual.

Por fim, fez-se um levantamento comparando o motivo das paralisações de obras com o montante de valores contratuais e valores que foram medidos na planilha orçamentária contratual.

Tabela 20 - Motivo da paralisação das obras públicas e valores comprometidos por meio de medição.

MOTIVO DA PARALISAÇÃO	VALOR INICIAL DOS CONTRATOS	VALOR DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	VALOR MEDIDO
Descumprimento de prazo	R\$ 225.804.717,83	R\$ 132.444.525,03	R\$ 102.278.044,05
Questões técnicas	R\$ 47.147.684,82	R\$ 30.819.569,20	R\$ 12.251.735,32
Abandono da Obra/ Rescisão Contratada	R\$ 31.860.150,67	R\$ 2.860.990,36	R\$ 23.389.481,06
Problemas no repasse de recurso	R\$ 25.571.857,30	R\$ 3.107.565,88	R\$ 13.803.004,32
Outros/Sem informação	R\$ 24.440.648,48	R\$ 20.539.930,92	R\$ 5.296.430,36
Judicialização	R\$ 15.080.529,05	R\$ 6.752.029,05	R\$ 4.285.983,90
Indícios de irregularidades	R\$ 6.186.908,67	R\$ 6.186.908,67	R\$ 3.403.836,92
Regularização da área	R\$ 2.832.647,00	R\$ 1.992.647,00	R\$ 1.664.352,75
TOTAL	R\$ 378.925.143,82	R\$ 204.704.166,11	R\$ 166.372.868,68

Fonte: Informação obtida através de ofício da Casa Civil - OF CEE/CC 2120/22.

Conforme o exposto neste item, esta Inspetoria sugere que seja feita recomendação, ao Chefe do Poder Executivo Estadual, para que implemente diretrizes para que todas as Secretarias de Estado, bem como as entidades a elas vinculadas, mantenham uma carteira com as informações das obras paralisadas, e adotem providências de maneira a ser prioridade, na gestão do órgão, a continuidade dessas.

4.4 MEDIDAS PARA RETOMADA DE OBRAS PARALISADAS

O problema de obras paralisadas é uma situação crítica no âmbito do Governo, pois os recursos empregados ficam imobilizados, sem que estes investimentos tragam benefícios à sociedade. Há ainda a situação de serviços que deixam de ser prestados ou são prestados com uma qualidade inferior, visto que se uma obra é iniciada, é porque há



um motivo de fato, uma necessidade real, logo esta obra paralisada é um serviço que não está sendo prestado à comunidade.

Considerando a escassez de recursos e a seleção de prioridades de Governo além do bem não estar disponível para o atendimento à comunidade, o recurso público aplicado na mesma deixou de ser investido em outra ação. Este bem, a obra inacabada, pode com o tempo sofrer deteriorações, fazendo com que se perca recurso público, sendo necessário maior dispêndio de recursos para concluí-la.

Por este motivo, foi questionado à Casa Civil quais são as diretrizes implantadas pelo Governo do Estado, com vistas a estabelecer, para as secretarias e as entidades, medidas imperativas que necessitam ser adotadas para regularizar as obras paralisadas e assim concluí-las

Em resposta a Controladoria Geral do Estado (CGE) informou que pretende aumentar transparência nas obras públicas, com câmeras que transmitam, em tempo real, o andamento do serviço contratado. Ainda inclua na licitação uma cláusula em que seja especificado o número de câmeras necessário para dar visibilidade ao andamento externo e interno de toda a obra, bem como QR code e números de contato nas placas físicas da obra.

Informou ainda, que apesar de já possuir sistemas específicos, DER (SIDER) e PRED (SGPO), para o acompanhamento de obras, o Governo do Estado, entendeu a necessidade de integração dos sistemas de acompanhamento e execução de obras públicas, editando o Decreto 6.008/2020, donde instituiu “Grupo de Trabalho G-Gov com o objetivo de diagnosticar, remodelar e atualizar o mapeamento realizado pela base de dados do Sistema G-Gov, a fim de torná-lo um instrumento de gestão eficaz no acompanhamento das ações de governo”.

Destaca-se que as medidas que estão sendo adotadas pelo Governo no Estado, quando implantadas serão essenciais para uma boa gestão das obras, ter acesso constante a imagens destas garantiria um maior controle do órgão executor, vendo instantaneamente o progresso da obra, verificando se a contratada não está reduzindo a velocidade de execução, de modo a não atrasar o cronograma. Como foi possível analisar, o principal motivo para a paralisação das obras no Estado é o atraso no cronograma.

Ainda, a utilização de um sistema centralizado, ajudaria no acompanhamento da situação das obras no Estado, sendo possível analisar os principais problemas que levam



a paralisação ou descontinuidade das obras públicas. Neste sistema seria possível, para o gestor público, verificar em que pontos estão ocorrendo as principais falhas, de maneira a colocar recursos em determinados pontos, de modo a corrigir e evitar os erros.

No entanto, apesar de essenciais, estas soluções adotadas seriam somente para mitigar eventuais novas paralisações de obras públicas, não resolvendo a situação das obras que já se encontram paralisadas.



5 RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DOS PARECERES PRÉVIOS DAS CONTAS DO GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A prestação de contas se dá de maneira continuada de forma que se busca neste item, analisar as Recomendações e Determinações de Prestações de Contas anteriores pelo Poder Executivo do Estado do Paraná, que tenham como objeto obras públicas.

5.1 ELABORAR, EXECUTAR E IMPLEMENTAR SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DE OBRAS

Uma das determinações do parecer prévio da prestação de contas, referente ao exercício financeiro de 2018, foi a implementação de Sistema Único e Integrado de acompanhamento e execução de obras para o Poder Executivo do Estado do Paraná. Este mesmo item foi objeto de ressalva no parecer prévio da prestação de contas, referente ao exercício financeiro de 2020.

Verifica-se que no Poder Executivo do Estado do Paraná ainda coexistem múltiplos sistemas, como o SIDER (DER-PR) e o SGPO (PRED). No entanto, conforme informação prestada pela Controladoria Geral do Estado, o Governo está em processo de implementação deste novo sistema, para tanto editou o Decreto 6.008/2020, em que instituiu um grupo de trabalho com o objetivo de diagnosticar, remodelar e atualizar o mapeamento realizado pela base de dados do Sistema G-Gov, a fim de torná-lo um instrumento de gestão no acompanhamento das ações de governo.

Assim, pelo novo sistema ainda não estar em operação, conclui-se pelo não atendimento da Determinação.



5.2 REALIZAR LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DAS 10 (DEZ) OBRAS NÃO FINALIZADAS EM 2019 E NÃO RELACIONADAS NO RELATÓRIO SOBRE A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROJETOS EM ANDAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO DE 2021 E NO DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DO ORÇAMENTO DE 2020 DE OBRAS

Conforme demonstrado no item 3 deste relatório, ocorreu na prestação de contas do Governador do ano de 2020, uma análise da gestão e planejamento de obras públicas, para verificar a continuidade das obras, nos demonstrativos de Execução Física e Financeira do Orçamento entre os anos de 2019 e 2020.

Foi realizada a comparação entre a situação de uma amostra, de 39 empreendimentos, no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento de 2019 com o Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento de 2020 e com o Relatório sobre a Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021.

Chegou-se à conclusão de que destes 39 empreendimentos, 10 não tiveram sua situação informada no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do Exercício de 2020, os quais também foram pesquisados no Relatório sobre Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021, não sendo nenhum destes lá registrados

Dessa forma, os documentos que instruem a Prestação de Contas de 2020 são omissos quanto a situação de obras não concluídas com avanço físico e financeiro significativo ao fim do exercício de 2019, fato que constitui indício de possível abandono de obras.

Por fim, o Acórdão de Parecer Prévio Nº 689/20 - Tribunal Pleno, determinou que fosse realizado levantamento da situação das 10 obras não finalizadas em 2019 e não relacionadas no Relatório sobre a Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2021 e no Demonstrativo de Execução Física e Financeira do Orçamento de 2020 de Obras.

Com base na determinação do Tribunal Pleno, fez-se a análise dos empreendimentos citados, comparando as informações já levantadas no relatório de

fiscalização nº 09/2021-5ª ICE, com o Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do Exercício de 2021 e com o Relatório sobre a Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022.

Tabela 21 - Relação de obras que tiveram determinação, no Acórdão de Parecer Prévio Nº 689/20 - Tribunal Pleno, para que fossem levantadas.

SECRETARIA	OBRA	SITUAÇÃO			COMENTÁRIO
		2019	2020	2021	
SEDU	Implantar Sistema de Monitoramento Metropolitano	Paralisada	Não informada	Não informada	Indício de Abandono da Obra.
SESP	Construir o Corpo de Bombeiros da CIC Sul	Andamento normal	Não informada	Não informada	Indício de Abandono da Obra.
SEIL	Duplicar PR 417 - Curitiba - Colombo - Lote 01	Andamento normal	Não informada	Concluída	Está em fase de revisão de projeto
SEIL	Duplicar PR/417, Curitiba - Colombo Obra Viaduto Av. Santos Dumond	Andamento normal	Não informada	Não informada	Indício de Abandono da Obra.
SEIL	Duplicar rodovia no trecho Curitiba - Colombo (Rodovia da Uva), inclusive as suas interseções	Andamento normal	Não informada	Não informada	Indício de Abandono da Obra.
SEIL	Duplicar PR-446 trecho: Guarapuava - Palmeirinha	Andamento normal	Não informada	Não informada	Indício de Abandono da Obra.
SEIL	Implantar PR-092 - Curitiba - Rio Branco do Sul	Andamento normal	Não informada	Não informada	Indício de Abandono da Obra.
SEIL	Implantar Obras de Arte Especiais - Viaduto e Ponte, Trecho: Contorno Noroeste de Pato Branco	Andamento normal	Não informada	Não informada	Indício de Abandono da Obra.
SEIL	Implantar Interseção na Rod. BR-277 a Av. Ayrton Senna, inclusive Obras de Arte Especiais em Paranaguá	Andamento normal	Não informada	Não informada	Indício de Abandono da Obra.
SEIL	Construir ponte em União da Vitória	Andamento normal	Não informada	Não informada	Indício de Abandono da Obra.

Fonte: Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento, exercícios de 2019, 2020 e 2021; Relatório sobre Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021 e 2022.



Verificou-se, conforme tabela acima, que dos dez empreendimentos, apenas um estava ou no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do Exercício de 2021 ou no Relatório sobre a Conservação do Patrimônio Público e Projetos em Andamento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022.

Assim conclui-se pelo não atendimento da Determinação.



6 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo apresentar de forma ampla a situação, bem como o planejamento e a gestão, das obras públicas, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná.

No processo de fiscalização, conclui-se que a gestão de obras do Estado está inserida num cenário de desinformação sistêmica, sendo mantidas as falhas já apontadas em exercícios anteriores.

Estas falhas de gestão puderam ser verificadas na própria solicitação de informação a respeito da situação das obras paralisadas do Governo do Estado. O Chefe da Casa Civil solicitou dilação de prazo por duas vezes para a entrega de tais documentos, levando mais de dois meses para sua entrega completa.

Dessa forma, verifica-se que a qualidade de informação que o gestor possui, e a facilidade de seu acesso à essas informações é precária. Denota-se que o estado em que se encontram as informações sobre obras, no atual sistema de gestão do Governo do Estado do Paraná, fica comprometida a capacidade de tomada de decisão do gestor,

Conforme verificado, leva-se mais de dois meses para se levantar a situação das obras no Governo do Estado do Paraná, relatório que deveria ser de fácil acesso ao gestor. Para se manter em conformidade com o artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o gestor precisa ter conhecimento amplo das obras em andamento e as paralisadas, de maneira a somente incluir novos projetos na lei orçamentária e nas de créditos adicionais, após o adequando tratamento daquelas.

Verificou-se que a execução orçamentária de obras, elemento orçamentário 51, fica muito abaixo do previsto na LOA, sendo esta característica constante em todas as prestações de contas de anos anteriores, demonstrando que há indícios de possíveis falhas no planejamento. Ainda se constatou que o orçamento, quanto ao elemento 51, durante sua execução, é abruptamente desconfigurado, demonstrando que o Estado não executa o que estava proposto inicialmente na Lei Orçamentária Anual.

Ainda de modo a se verificar a situação das obras no Estado, fez-se o levantamento de todas as obras que constam no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do exercício de 2021, do Poder Executivo, com exceção das



obras das estatais não dependentes. Com base nesse levantamento foi possível fazer a comparação com os dados financeiros e contábeis obtidos do sistema SIAFI.

Constatou-se, no entanto, que algumas contas correntes que estavam demonstradas no SIAFI não possuíam uma contraparte determinada no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do exercício de 2021.

A respeito do levantamento da situação das obras de engenharia iniciadas e não concluídas no fim do exercício de 2020 do orçamento do Poder Executivo, conclui-se que não foi demonstrada a situação de 7 obras componentes da amostra.

Em relação as diretrizes implementadas pelo Governo Estadual com vistas a resolver a situação das obras paralisadas, constatou-se que estas diretrizes não são capazes de evitar novas obras abandonadas bem como identificar e promover o devido tratamento aquelas já existentes, visto ter ocorrido um aumento no número total de obras paralisadas no exercício de 2021.

Quanto ao atendimento, por parte do Poder Executivo Estadual, das recomendações e determinações exaradas pelo TCE/PR nas Prestação de Contas anteriores, trabalhadas neste caderno técnico de obras públicas, conclui-se que:

- a. **Não houve atendimento da determinação** de Implantação de Sistema Único e Integrado de Acompanhamento de Obras públicas, ainda que este esteja em desenvolvimento.
- b. **Não houve atendimento da determinação** do levantamento das 10 obras, componentes da amostra, que estavam iniciadas e não concluídas no fim do exercício de 2019, mas não constavam no Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento do exercício de 2020.



7 ENCAMINHAMENTOS GERAIS

Considerando as conclusões deste trabalho, sugere-se os seguintes encaminhamentos:

- a. Que este relatório seja apensado às Contas do Governador de 2021, protocolado n.º 164251/22, a fim de subsidiar o relatório e voto, bem como a decisão desta Corte de Contas quando da apreciação do Parecer Prévio;

